



**PORTO** dos

**CAHALEJROS**

N.º 2 • Julho 2002

Jornal de Lamas de Mouro • Director: José Domingues • E-mail: portocavaleiros@hotmail.com • Preço: 0,50 €

## MELGAÇO MEDIEVAL Festa da Cultura 2002

No fim-de-semana de 9 a 11 de Agosto, vai realizar-se a festa anual da cultura do concelho de Melgaço, que pretende recuar mais de seis séculos no friso cronológico da sua história, desvendando e recriando o ambiente medieval do reinado de D. João I.

O Mestre de Avis, para além da multiplicidade de pergaminhos outorgados a Melgaço, foi, seguramente, o monarca português que mais tempo passou nesta vila minhota. À frente da sua hoste de mil e quinhentos lanceiros e numerosa gente de pé, aqui chegou no dia 10 de Janeiro de 1388, para combater aqueles que seguiam o partido de Castela, e aqui permaneceu até à rendição definitiva dos sitiados, no dia 4 de Março desse mesmo ano<sup>[1]</sup>.

### A CEIA MEDIEVAL:

Para solenizar a vitória das armas portuguesas – na noite do dia 10 de Agosto de 2002, passados mais de 614 anos – dentro dos muros do castelo, será servida pomposa ceia a expensas do abade e convento do mosteiro de Fiães. Este mosteiro cisterciense, durante os dias de escaramuça, tinha dado pousada à rainha D. Filipa de Lencastre, convidada a assistir ao assalto final do castelo melgacense e à rendição dos castelhanos.

Antes da ceia, o Teatro Noroeste encenará a lenda da heroína de Melgaço – Inês Negra – que, durante este penoso cerco medieval, com o seu mérito e coragem, enobreceu o préstimo de todos os melgacenses, oferecendo vitória gratuita ao rei de Portugal, ao vencer em combate a Arrenegada.

Este combate, que no longínquo ano de 1388 opôs estas duas destemidas mulheres, tem feito correr muita tinta, uns sublimando a acção da vitoriosa Inês Negra, outros contestando a sua naturalidade melgacense e, até, pondo em causa a sua reputação pessoal. Não vamos aqui alongar essa polémica traçada entre a história e a tradição, até porque sairia demasiado estirado o artigo, uma vez que nos interessa apenas o aspecto lendário daquela que hoje é considerada a heroína de Melgaço – não esquecendo que “todo o período lendário tem o seu aspecto histórico”.

Para finalizar, o cronista coetâneo de D. João I, em contradição com o prolixo de todo o cerco ao castelo, faz alusão demasiado lacónica a esta escaramuça – E em ese dia escaramuçaram duas mulheres bravas, huã da villa e outra do arraial, e amdarã ambas aos cabellos, e vemceo a do arraial[2] – por isso decidimos



imprimir a versão mais antiga [a que nem todos têm fácil acesso], que terá dado origem a esta lenda, caída da pena do probo jurista e incansável investigador quinhentista – Duarte Nunes de Leão [1530-1608]:

*“No tempo que elRei Dom João o I de Portugal trazia guerras com elRei Dom João de Castella sobre a successão do reino de Portugal estando o de Portugal sobre a villa de Melgaço que tinha em cerco, huma Portuguesa que com os cercados estaua, molher corajenta e mui desenuolta para huma briga, sabendo que no arraial estaua huma molher tambem Portuguesa que tinha fama de valente &*

(Cont. Pag. 3)

## Sumário

Melgaço Medieval - Festa da cultura 2002 .....	Pág. 1
Breves .....	Pág. 2
Efemérides - Século XII .....	Pág. 4
Etnografia e Folclore .....	Pág. 6
Cão de Castro Laboreiro - o regresso às origens...	Pág. 7

## BREVES

### SABIA QUE...

Lamas de Mouro aparece referenciada num poema publicado em 1649, dedicado à aclamação do Duque de Bragança, D. João IV. Esta referência expressa ao "reduto de Lamas" é indício claro e suficiente de que, no século XVII, as escaramuças da **Restauração da Independência** foram vividas muito intensamente por estes povos raianos.

#### 237 O PHENIX DA LUSITANIA

**T**raz, do officio da Missa sacrosanta  
 Dizer, aos que tem subordinados,  
 Brioso por Galiza, se adiante,  
 Com destros Luzas, fortes, e animados;  
 E sem já mais, retroceder a planta,  
 Achando os inimigos congregados,  
 Viú à beem Capitans, que cara, à cara,  
 Menea a serpe, o arcabúz, lbe encara.

**C**om pontaria igual, prompto na mira,  
 O brioso Bernardo Lusitano,  
 Calla o murrão na serpe, ençende, tira,  
 E cabélbe morto ós pés o Castelhano.  
 A doue mais cõrta a vida; e vendo a ira,  
 Profugo, volta o bando Gallaciano,  
 Dando com effes tais, e outros azares  
 Lugar, de lbe abrazarem doue Lugares.

**D**eú Vasco de Azucido, em Lobas, Forte,  
 O Redutto de Lamas, nubs em forte  
 Vencido, com dár aos Gallagos morte,  
 Linguas à famma, e Nome sempre honroso,  
 Os corpos dividindo, em mil pedaços,  
 Cortando pernas, Dessepando braços.

Fazendo um breve resumo desta página da História: Portugal tinha perdido a independência em 1580, dando início à dinastia dos Filipes de Espanha; no dia 1 de Dezembro de 1640, passados 60 anos, saiu às ruas de Lisboa a revolução que pretendia por termo a essa usurpação espanhola, colocando no trono D. João IV de Bragança; depressa se alastrou a todo o país, dando início a um período de guerra que só iria terminar, decorridos muitos anos, com a assinatura do tratado de paz entre os dois reinos.

Aqui fica estampada a página 226 do poema de Manuel Tomás - O Phaenix da Lusitania, ou Aclamaçam do Serenissimo Rey de Portugal Dom Ioam IV do Nome, Anno de 1649, que nos dá conta da construção de um sistema defensivo na freguesia de Lamas de Mouro. Outros documentos, impressos e manuscritos, que relatam as vivências desses atritos entre portugueses e espanhóis, desde Ponte Várzeas, Lamas de Mouro, por Castro Laboreiro, até ao Lindoso, conservam-se guardados no silêncio das bibliotecas e arquivos, à espera de alguém que lhes sacuda a poeira.



#### CASTANHEIRO:

No passado mês de Março foram cortados os ramos velhos e secos do secular castanheiro, colocado à entrada do adro da igreja paroquial de S. João Baptista.

#### INTERNET:



Lamas de Mouro já tem a seu espaço na Internet, visitemos em [www.lamasdemouro.pt.vu](http://www.lamasdemouro.pt.vu)

#### PORTAS DE LAMAS DE MOURO



As obras das PORTAS de ENTRADA do PNPg em LAMAS DE MOURO seguem bom termo e, depois de concluídas, constituirão uma importante mais valia para esta pequena comunidade.

Também o Parque de Campismo recebeu algumas obras de restauro e beneficiação, estando-se a preparar um projecto de intervenção mais alargada, que se espera esteja concluído para a próxima época de 2003.

de não leuar duas em capello, querendo mostrar sua pessoa a mandou desafiar, e com licença do capitão sahio fora dos muros para escaramuçar com ella: e vindo as mãos e perdidas ou gastadas as armas que traziam, andarão na lueta tanto que derão grande prazer aos de dentro e aos de fora que as viam. Em fim aproueitando-se das mãos das unhas e dos dentes quanto puderam a de dentro que tinha por Castella, foi desbaratada, & com muitos apupos e grita(sic) que todo o arraial se tornou para os de dentro corrida & escabelada, e com muitas nodoas nos fosinhos das punhadas de que foi seruida da de fora que ficou triumphando.”<sup>(3)</sup>

#### A FEIRA MEDIEVAL

Numa tentativa de aproximação das vivências de finais desse século XIV, o casco histórico da vila de Melgaço vai-se ataviar de medieval, recriando o ambiente de uma feira melgacense de trezentos.

Esta feira, ou reunião mercantil, existe desde o reinado de D. Afonso Henriques, que, no foral de 21 de Julho de 1183, outorgado a esta vila setentrional do reino de Portugal, estabeleceu:

*Dos mercadores estranhos, quem trazer, bestas carregadas de qualquer mercadoria satisfaça ao vosso rei pelo cavalo ou mulo um soldo; de égua 6 dinheiros; do asno 4 dinheiros e do peão 2 dinheiros.*

*Se vier algum mercador com panos venda o fardo por inteiro se quiser, mas não a retalho, a não ser no dia de feira. Se, porém, fizer de outro modo pague 30 soldos perante os juizes da vossa vila e o meu vigário.*

*De côvado falso e toda a medida de pão, vinho e sal, pela falsidade pague 5 soldos.*

*Se vier algum negociante que pretenda vender cavalo ou mula, os compradores paguem por cavalo 1 soldo ao hospedeiro e um soldo ao rei; por mula 3 soldos ao hospedeiro e 3 soldos ao rei; por égua 6 dinheiros ao hospedeiro e 6 dinheiros ao rei; por asno 3 dinheiros ao hospedeiro e 3 dinheiros ao rei. Os moradores da vila pelo que venderem ou comprarem a ninguém darão satisfação, tanto em feira como fora da feira nada pagarão.*

*Por manto de uma cor 4 dinheiros, pela saia de uma cor 2 dinheiros, por manto célio 4 dinheiros, por manto viado 2 dinheiros, por saia viada 1 dinheiro, por capa galega 2 dinheiros, por pele de carneiro 2 dinheiros, por pele de cabrito 1 dinheiro, por boi 4 dinheiros, por vaca 2 dinheiros. Os mercadores estranhos, e não os moradores da vila, paguem tudo isto.*

As consecutivas guerras com Castela vieram prejudicar a celebração desta feira raiana, aproveitando os melgacenses para se queixar ao monarca, nas cortes de 1391. atendendo às suas súplicas, D. João I concedeu, à feira de Melgaço, carta de privilégio, passada em Évora, no dia 14 de Fevereiro de 1391. O teor dessa carta é o que se segue:

*“Dom Joam pela graça de deus Rey de portugall e do algarve a todalas justiças de nosos Reynos e a quaesquer outras pessoas a que esta carta virem ffazemos saber que em estas cortes que ora fizemos em a cidade devora nos foram dados hûs capytollos da parte do concelho e homês boôs da nosa villa de mellgaço amtre as quaes nos foy dado hûm capitollo em que era comteudo antre as outras cousas qee nos enviaram dizer que em a dita villa soia daver feira de mes em mes e que vinha a ella muytas companhas com que ganhavam os moradores dela e eram riquos e mantinham e aviam suas honras e estados e que despois que se estas guerras começaram antre nos e aquele que se dezia Rey de castela nom vieram*

*nem ousaram a ella de vir muitas pessoas por medo que ham do que fizeram em a dita guerra de serem por ello presos outro sy por receo que ham de allguas pessoas com que sam omeziados por que foram em mortes e roubos dallgûs seus parentes e doutras pessoas que sam obrygadas e que a dita villa he despoborada por ello e os moradores e vezinhos dela minguoados daquelo que soya daver em o tempo que se esa feyra asy soya de fazer enviaram nos pidir por merce e por se a villa povoar que lhe ouvesemos a elo allgû remedio e lhe outorgasemos que ouvesem a dita feyra como dante asy aviam e que todos aqueles que a ella quisessem vir vemder e mercar com suas mercadorias que fosem seguros dante do dia da feyra dous dias. Outrosy que fosem seguros dante do dia da feyra dous dias. Outrosy em o dia da Feyra e outrosy ao depois outro dia de toda a nosa justiça des ho caso menor ate o mayor salvo que seos casos seiam todos afora trayçam aleive eresya sodomya e moeda falsa e quebrantados de paz dos qaaes casos nom queremos que lhe nam seja gardado e que outrosy nam ffosem penhorados nem constrangidos em mêtre ese tempo durar nem presos por divida que a nos nem a outra pessoa nenhûa devam e que outrosy seja franqueados de todos os costumes e portagens que devem pagar e nos vendo o que nos asy dizer e pidir enviaram e querendo lhes fazer graça e merce temos por bem e mandamos e outorgamos que elles ajam e posam aver e fazer esa feyra polla guysa e aos tempos que antes faziam e que todos eses que a ella quiserem vir com suas mercadorias vemder e mercar que sejam seguros em o dito tempo e dias suso ditos ades o caso mayor ate o menor terem dos sobreditos casos como dito he e que nam sejam presos por nenhûa cousa que contra elles seja dito e que outrosy nom sejam costrangidos nem penhorados nem presos por dividas em que a nos nem a a nenhûas outras pessoas sejam devedores e que sejam franqueados de todos costumes e portagens que ham de pagar porem vos mandamos he defemdemos que os nam prendades nem lhe façaes outro nenhû desaguysado e lhe gardedes e lhe façades cumprir e gardar esta nosa carta de pryvilegio que lhe sobre ello damos pela guysa que nella he conteudo e por noso mandado que nosa merce he de serem asy franqueados e hi aver esa feyra como dito he e all non façades damte em a cidade devora a x iiij dias de fevereiro el Rey o mandou por Ruy lourenço licenciado em degredos d yão de coimbra seu clerygo e do seu desembargo vasco martinz de coz a fez era de mil iiij<sup>o</sup> xxix annos.”<sup>(4)</sup>*

Com certeza que outras actividades, do maior interesse, farão parte destas festas da cultura 2002, mas no momento em que publicamos este artigo ainda não estava o programa completo, pelo que temos que nos bastar com as tarefas definitivamente agendadas.

[os resultados deste evento cultural poderão ser consultados em

na pasta das lendas e tradições]

[José Domingues]

<sup>1</sup> Destes 53 dias, marcados pelo apertado cerco feito ao castelo de Melgaço, onde se refugiavam os partidários de Castela, ficou-nos primoroso relato na 2.ª Parte da Crónica de D. João I, de Fernão Lopes, nos capítulos 133 a 135.

<sup>2</sup> LOPES, Fernão – Crónica de D. João I, 2.ª Parte, cap. 135.

<sup>3</sup> LEÃO, Duarte Nunes de – Descrição do Reino de Portugal. 2.ª edição, Lisboa, 1785, pp. 351-352. A primeira edição desta obra é de 1610.

<sup>4</sup> IAN/TT – Livro I de Além-Douro, fl. 254-254v; IAN/TT – Chancelaria de D. João III, Livro 17, fl. 52.

## Século XII

Pedimos desculpa aos nossos estimados leitores porque, por lapso, no n.º anterior ficou sumariado este artigo – Efemérides – que depois, por falta de espaço, se não pode incluir, ficando o sumário por corrigir.

Iniciamos hoje, neste n.º 2 do “Porto dos Cavaleiros”, uma série de efemérides documentais desta freguesia, que, com o folhear de manuscritos e impressos, fomos carreando para o nosso pecúlio. Como o leitor amigo facilmente compreenderá, são muito escassas essas referências escritas, por isso as aproveitamos de uma forma sófrega, desde as mais simples – o nome de um lugar, de um sítio, de uma propriedade ou da própria freguesia... – às de maior importância e minúcia.

Anteriores ao século XII, se existem, ainda nos não foi possível localizá-las; por isso começamos pelas efemérides desse recuado século, marcado pela fundação da nacionalidade.

1134<sup>[1]</sup>, 1144<sup>[2]</sup> ou 1154<sup>[3]</sup> – A referência documental mais recuada que, até hoje, consegui encontrar é, precisamente, sobre o “Porto dos Asnos” [mais tarde Porto dos Cavaleiros e actualmente Porteiro], e consta no foral outorgado por D. Afonso Henriques a Castro Laboreiro. No entanto, nem o documento é bem aceite pela crítica, por não existir original, sendo apenas conhecido por algumas notas trasladadas pelo famigerado Guarda-Mor da Torre do Tombo, Gaspar Álvares Louzada, nem há certezas quanto à referência ao “Porto dos Asnos”. Apesar de tudo, aqui

*vel in Christo nomine Ego Alfonso Portugalia  
Rex una cum uxore mea Regina D. Matilde  
filia Comitis Andree de Navarra facimus  
certam donationem hominibus in illo Castello, quod  
dicitur Superiori curiam terminis, quibus jam ab  
antiquo et assignatis terminis in eodem Rex Dom-  
nus Alfonso, et dedit tale forum quando Rex Vil-  
lanus et Castellanus iuramentum tenuerunt pactedum et  
filedos, vel 12 galinas, et 12 frangos pro  
servicio de extraneis mercatoribus, qui habitant in  
vicinitate de quibuslibet mercatoribus adduxerint pro  
equo vel pro mulo unum pactedum solidum  
de qua 6 de asino 4, pedones vadant ad  
fosadum, cavalleiros vadant ad apellidum,  
villani stent cum armis ad defendendum por-  
tum de Araujo in tempora guerra; siquis in-  
ter vos aliquis mactaverit de vicinis scilicet  
cum vicino veniat ad justitiam, et ponat pignus  
pignus ad portum homicidis, et dato pignore  
set fiduciam, et dato fidei usque in 4 dies  
veniat ad iudicium ad vicarium Regis; siquis  
fratrem aliquem occiderit, et mortuum ante*

Foral de Castro Laboreiro na Biblioteca Municipal do Porto

fica registada, com um breve resumo das controvérsias a que tem dado aso, algumas notas explicativas e o apenso das nossas ideias.

O lacónico apontamento, na parte que nos interessa, diz assim:

*“pedones vadant ad fosadum, cavalleiros vadant ad apellidum,  
villani stent cum armis ad defendendum portum de Araujo in  
tempore guerra”* – o que quer dizer – “os cavaleiros vão  
ao fossado<sup>[4]</sup> e os peões estejam com armas a defender  
o Porto de Araújo (ou dos Asnos?)”.

A cópia do foral contém dados contraditórios, difíceis de harmonizar, nomeadamente quanto à data e quanto aos confirmantes, mas, por outro lado, tem referências exactas e muito precisas quanto à geografia local, que muito dificilmente seriam do conhecimento de um Guarda-Mor da Torre do Tombo do século XVI e, além disso, não existe nenhum móbil aparente para esta falsificação e, como é sabido, “não há crime sem motivo”. Por isso, o P.º Bernardo Pintor não teve dúvidas em o incluir no acervo dos forais de Castro Laboreiro, desenvolvendo, com mais pormenor, todas estas contestações<sup>[5]</sup>.

Para o seu estudo se remete aos mais curiosos, no entanto, aproveito este ensejo para desatar a dificuldade da palavra “filedos”, que tanto deve ter atormentado o espírito crítico do P.º Bernardo Pintor, quando diz: “Lê-se no referido foral que em Castro Laboreiro se daria ao Rei, quando visitasse a vila, 6 filedos ou 12 galinhas e 12 frangos. Não consegui saber o que fossem filedos<sup>[6]</sup>. Não consegui porque esta palavra nem sequer existe, pelo menos no contexto histórico deste documento. Mas o nosso investigador está ilibado de qualquer culpa, uma vez que, no manuscrito da Biblioteca do Porto [em letra do século XVIII], está claramente “6 filedos”, mas no manuscrito do punho de Alvares Louzada, guardado na Biblioteca de Braga, está “V solidos”, isto é, expressão latina que significa cinco soldos. Era a moeda da época, e não deixa de ser curiosa a referência, no foral de D. Sancho I, mostrado aos inquiridores régios de 1258 quando chegaram a Castro Laboreiro, aos 5 dinheiros, que cada casa tinha que dar ao rei quando lá fosse.

Por outro lado, o P.º Bernardo Pintor é o primeiro, e também o único, autor a identificar o “Porto de Araújo” do documento, com o “Porto dos Asnos”, imputando má leitura ou interpretação do manuscrito, e alegando a inexistência de qualquer “Porto de Araújo” nas proximidades de Castro Laboreiro.

Apesar da submissão aos avultados conhecimentos do insigne investigador, a solução eleita não me parece a mais ajustada, sobretudo porque o topónimo “Araújo” é vulgar e sobejamente conhecido do lado espanhol, na comarca de Lobios – onde antigamente existiu a fortaleza de Araújo, donde procedem os ilustres nobres deste nome, senhores de Araújo, Lobios e muitas outras terras em Galiza e, em Portugal, senhores do couto de Val de Poldros e alcaides mores dos castelos de Lindoso e Castro Laboreiro.

Esta informação não era desconhecida do P.º Bernardo Pintor, mas ele refutou-a, porque os limites territoriais de Castro Laboreiro, pelo lado sul, não chegam até ao rio Lima. No entanto, não me parece estranho, nem sequer exagerado, que lá chegassem nos tempos recuados do primeiro Afonso, até porque tenho conhecimento de referências documentais, bastante mais tardias, de que, muito provavelmente, este espaço territorial a sul de Castro Laboreiro, demarcado pelo rio Lima a sul, pela cumeada da montanha a nascente e pelo rio Laboreiro a poente, teria pertencido ao reino de Portugal. Recordemos o que a História nos ensina: as terras de Limia foram sempre muito cobiçadas pelo nosso primeiro monarca, que só as cedeu após o desastre de Badajoz (1169). Além do mais, uma carta de composição do rei D. Dinis, entre o alcaide do castelo de Laboreiro e os monteiros de Soajo, prova

que a jurisdição militar do dito alcaide se não confinava aos limites territoriais de Castro Laboreiro, estendendo-se pelo menos até ao Soajo.

Por outro lado, o P.<sup>o</sup> Bernardo Pintor tinha razão ao afirmar que o "Porto dos Asnos" era uma passagem muito vulnerável, que necessitava de ser defendida e protegida – e aqui assenta toda a sua construção intelectual – no entanto, conforme já tive oportunidade de expor em trabalho anterior<sup>77</sup>, a defesa desse ponto estratégico estava a cargo dos vizinhos de Riba de Mouro, que eram obrigados a guardar as passagens frágeis do Monte de Laboreiro e, à voz de apelido<sup>88</sup>, a repelirem de mão armada os inimigos do castelo, que, em contrapartida, em caso de perigo, os refugiava dentro dos seus muros seguros e protectores, conforme testemunharam às inquirições afonsinas de 1258.

*"(...) Item, dixerunt que quando ouverem guerra am de guardar as travessas do monte de Leboeiro; et se ouvirem voz d apelido do Castello de Leboeiro devem li a acorrer; et o Alcaide desse Castello se os vir in coita deve os acoler no Castello et inparalos"*

Embora o documento não localize em concreto as travessias do Monte de Laboreiro que os de Riba de Mouro tinham que defender, entendo, se poderem localizar na actual freguesia de Lamas de Mouro, por motivos que passo a resumir:

– Primeiro, porque esta freguesia está implantada nas faldas dos medievos Montes de Laboreiro.

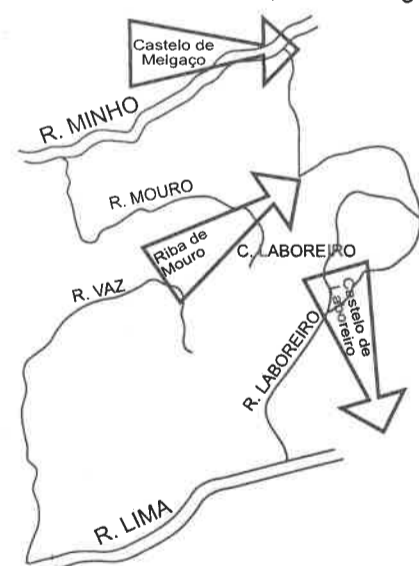
– Segundo, porque até aqui chegavam os limites da freguesia de Riba de Mouro, da qual faziam parte as actuais freguesias de Parada do Monte e Gave.

– Terceiro, porque por aqui passava uma importante via medieval, palmilhada pelo monarca de Leão, D. Afonso VII, quando se deu o bafordo de Valdevez.

– Quarto, porque nos montes desta freguesia, desde *Solar de Muros* até à *Portela do Lagarto*, existiu um antiquíssimo e imponente muro, que teria funções defensivas, vigiando a paz e segurança da dita via.

São estas as conjecturas permitidas pelos singelos indícios documentais de que disponho, que, em resumo, nos podem dar conta da seguinte situação militar na raia seca dos Montes de Laboreiro, entre os rios Minho e Lima, no recuo do século XII: a setentrião o castelo de Melgaço é a vigia indelével dos vaus do rio Minho; as travessas dos Montes de Laboreiro, sobretudo pelo "Porto dos Asnos", são defendidas pelos de Riba de Mouro; ficando a cargo do castelo de Laboreiro as passagens frágeis do rio Lima, uma vez que, nessa altura, ainda não existia o castelo de Lindoso, construído posteriormente, no século XIII<sup>89</sup>.

Estas obrigações militares dos moradores de Castro Laboreiro, consignadas no foral de D. Afonso Henriques, são testemunho incontestado da subida preponderância do castelo de Laboreiro na miragem afonsina de conquistar terras de Galiza e, sobretudo, das suas preocupações defensivas da raia seca dos Montes de Laboreiro. No entanto, o Porto aí referido parece-me ser a passagem no rio Lima [Porto Araújo – topónimo hoje desconhecido] e não o "Porto dos Asnos", nesta freguesia de Lamas de Mouro.



Situação militar da fronteira de Entre-Lima-e-Minho (Sec. XII)

[As notas manuscritas do foral de Castro Laboreiro, que nos serviram para esta efeméride, podem ser consultadas em duas instituições:

1. Arquivo Distrital (ou Biblioteca Pública) de Braga – Manuscrito 1007, fls. 37-37v (Manuscrito original de Gaspar Álvares Louzada, mas em muito mau estado, possibilitando apenas uma leitura parcial).

2. Biblioteca Pública Municipal do Porto – Manuscrito n.º768, fls. 84-85. (cópia do anterior)]

**1157, agosto, 19** – Em documento lavrado nesta data foi feita doação, ao abade e convento de Fiães, do território circundante ao seu mosteiro, estabelecendo-lhe os limites, que, aproximadamente, se conservaram até hoje como limites desta freguesia de Fiães. Nas palavras desse velho pergaminho, do século XII, a linha limítrofe descia por "Curro de Loba" até ao rio Doma, que é o actual rio Trancoso. Curro de Loba é o monte por cima do lugar do Gavião e em documentos posteriores aparece escrito "Curro de Lobo" e, actualmente, deturparam-no para "Cor de Lobo".

[para aqueles que tiverem curiosidade em conhecer o conteúdo integral deste documento, podem consultar a sua transcrição em Latim, com tradução para Português, no artigo do P.<sup>o</sup> Manuel A. Bernardo Pintor – "Doação de Afonso Pais e Outros ao Mosteiro de Fiães em 1157 (Pergaminho Inédito)", publicado no Arquivo do Alto Minho, vol. II, fl. 79-83].

**1190<sup>100</sup>, Maio, 13** – Neste dia, Mendo Pais fez doação, pós morte, para remédio da sua alma e dos seus parentes, ao abade Pedro e convento de Fiães, do casal do "Gavião", no termo de "Alcobaça", como parte pelo "Porto" e por "Pena Boa", pela água acima e abaixo, com seus lugares e limites antigos.

Mesmo por baixo do lugar do Gavião fica o "Porto de Crasto", onde o velho caminho, que ligava Castro Laboreiro a Melgaço pelo vale do rio Trancoso, atravessa a corga dos Carneiros. Deve ser este o "Porto" que o autor do documento refere como limite do casal do Gavião, nos finais do século XII. O topónimo de "Pena Boa", não o consegui identificar com toda a segurança, no entanto, não deixa de ser significativo que, sobranceiro a este lugar do Gavião, fique a enorme mole rochosa do "Coto da Pena". Desta forma, ficaria completa a interpretação dos limites pretendidos pelo escriba do documento: a norte o Coto da Pena, a sul o Porto de Crasto e do nascente e poente dois corgos rasgados na encosta íngreme do monte, que o autor do documento não identifica, mas que não são difíceis de adivinhar para quem conheça bem a orografia daqueles montes.

[ADB – Cartulário do Mosteiro de Fiães, fol. 4v]

Mas a importância deste documento, para a historiografia da nossa terra, não se esgota nestas lacónicas referências ao lugar do Gavião – actualmente com apenas 3 moradores efectivos – ou ao vizinho lugar de Alcobaça, meeiro das freguesias de Lamas de Mouro e Fiães.

De acordo com uma velha tradição, registada já no início do século XVIII pelo P.<sup>o</sup> Carvalho da Costa, foi o mosteiro de Fiães que mandou povoar a aldeia e lhe pôs o nome de Alcobaça como forma de agradecimento à Abadia-mãe da Ordem de Cister, por lhe ter enviado um mestre para os instruir na nova reforma dos institutos de Cister e lhe ter doado uma imagem de Nossa Senhora, por cuja veneração se opera-vam grandes milagres.



Alcobaça - 1996

O primeiro documento, que se conhece, que refere este mosteiro sob a Ordem de Cister é de 1194, por outro lado também se sabe que em 1173 ainda seguia a Regra de S. Bento<sup>111</sup>. Mesmo assim, a tradição continua dentro do espaço cronológico dos documentos, mas será que em tão curto espaço de tempo já estava

vulgarizado o novo no-me da povoação, de tal forma que se tornava desnecessária qualquer outra referência avulsa?

Levando em conta todos estes factores da maior importância cultural, só nos resta referir que esta semelhança de nomes não escapou à argúcia de José Leite de Vasconcelos, quando, em 1904, por aqui passou em excursão a Castro Laboreiro e, finalmente, que em 1996 a Câmara Municipal da cidade de Alcobça teve a amabilidade de oferecer a esta esquecida aldeia raiana a placa topo-nímica que se encontra à entrada do lugar, conforme se pode confirmar pela fotografia, onde aparecem os contem-porâneos represen-tantes da Câmara Municipal de Alcobça, da Câmara Municipal de Melgaço e da Junta de Freguesia de Lamas de Mouro.

Fazendo votos sinceros de que estas datas, que conseguiram superar o peso de mais de oito longos sé-culos, lhe tenham despertado algum interesse e aguçado a curiosidade, no próximo número continuaremos com as efemérides do século XIII e, já agora, se alguma lhe me-recer algum reparo ou se conhece outras que nos tenham escapado, por favor, escreva-nos:

Jornal Porto dos Cavaleiros  
Sede da Junta de Freguesia de Lamas de Mouro  
Lamas de Mouro  
4960 – Melgaço.

ou mande-nos o seu e-mail para:  
[pequenoinfante@hotmail.com](mailto:pequenoinfante@hotmail.com).

[Pequeno Infante]

Nesta singela rubrica pretendemos reunir esparsos de lendas poéticas, tradições locais, provérbios populares, rezas do povo, crenças sobrenaturais, calão típico, cultos seculares etc. que, com o perpassar do tempo, tendem a desaparecer. Estas e outras manifestações culturais, arreigadas no fundo da memória colectiva do nosso povo, transmitidas de geração em geração à lareira das noites enregeladas de Inverno, são uma afirmação do pluralismo e do enriquecimento das identidades culturais, condenadas pela massificação do mundo hodierno dos *média*, do computador, do comércio electrónico, da internet, da energia nuclear, da clonagem, da criogenia, da União Europeia, da era espacial, etc...



#### DITADO POPULAR:

“Ossos da *suam*: barbas untadas, barriguinha em *vam*”

#### BENZEDURAS E ESCONJURAS PARA TALHAR QUALQUER MAU AR:

Sal salgado  
Tira-me este mau-olhado  
De vivo ou de morto  
Ou de algum excomungado  
Leva-o para o mar coalhado  
Onde não ouça o galo cantar  
Nem o menino chorar  
Uma Graça a Deus  
E à Virgem Maria  
Um Pai-Nosso  
E uma Ave-Maria

Eu te corto e retalho  
Se és ar de cemitério  
Ou ar de ribeiro  
Ar de cinzeiro  
Ou ar de excomungado  
Vai para o mar desgraçado  
Porque eu não te curo  
Nem te posso curar  
Cura-te Deus e a Virgem Maria.\*

[Na sua excursão a Soajo, em Setembro de 1882, no lugar da Peneda, José Leite de Vasconcelos registou uma reza, com alguns termos semelhantes a esta, que lhe

foi dita por um rapaz de Castro Laboreiro]

Com certeza que a leitura destas breves linhas acenderam na sua memória alguma reminiscência adormecida que gostaria de nos contar, por favor, não hesite – escreva-nos ou mande-nos um e-mail.

Para finalizar, quero aqui deixar consignado o meu sincero agradecimento a todas as pessoas que, com gentileza e amabilidade, me facultaram estas e outras informações, que serão publicadas em números próximos.

Contacto: Catarina Almerinda Domingues  
Lamas de Mouro  
4960 – Melgaço

E-mail: [Catarina\\_Domingues@Portugalmail.pt](mailto:Catarina_Domingues@Portugalmail.pt)

[Catarina A. Domingues]

<sup>1</sup> Data escrita nas notas manuscritas de Gaspar Álvares Lousada.

<sup>2</sup> Data referida por António Caetano do Amaral e Santa Rosa de Viterbo.

<sup>3</sup> Data provável, proposta pelo P.º Bernardo Pintor – Castro Laboreiro e seus Forais. Braga, 1965, p. 10.

<sup>4</sup> **Fossado:**

«Consistia, pois, o fossado em sair com mão poderosa e armada a talar ou colher as novidades e frutos, que o inimigo haviam agricultado. Para este fim, apoderados do campo, se intrincheiravam ligeiramente em valos ou fossos, contendo-se unicamente na defensiva, e guardando as costas aos que se ocupavam na extracção dos frutos e forragens. E, neste sentido, é que constantemente se acha esta palavra em os nossos antigos documentos, deduzida talvez de fossinagar, que para com os Longobardos significava campo cultivado, e cheio de pastos, e renovos. Compunha-se este fossado não só de cavaleiros, escudeiros, e tropa regular mas também de peões, aldeanos, e gente de lavoura para colherem e conduzirem a presa ou tomada. Os mesmos príncipes e bispos não tinham por desar o acharem-se nestas expedições que, repentinamente e quase de improviso, se faziam; mas sempre naqueles meses, em que os pães estavam em ferrã, quando não fossem maduros.»

[SANTA ROSA DE VITERBO, Fr. Joaquim de - Elucidário]

<sup>5</sup> PINTOR, Manuel A Bernardo – Castro Laboreiro e seus Forais. Braga, 1965.

<sup>6</sup> PINTOR, Manuel A Bernardo – Castro Laboreiro e seus Forais. Braga, 1965, p. 10.

<sup>7</sup> DOMINGUES, José – O Couto de S. João de Lamas de Mouro, Suplemento Histórico. Porto, 1999, p. 27.

<sup>8</sup> **Apelido:**

«Convocação geral, repentina e clamorosa, que se faz de todo o povo, cidade ou vila para saírem de mão comua e armada ao encontro dos inimigos, que se lançaram a correr a terra, matando, roubando, cativando, talandoe destruindo. Enquanto os Mouros não foram inteiramente quebrantados e expulsos de Portugal e suas fronteiras, eram estas correrias muito frequentes e amudadas, assim de dia, como de noite. Para evitar, em grande parte, semelhantes irrupções, igualmente perniciosas que extemporâneas e repentinias, não só se postavam guardas e vigias em lugares altos e descubertos de dia, mas também escutas (que então chamavam sculcas) e sentinelas, de noite, para que, ao mais leve movimento, estrondo ou arruído, clamassem todos a grandes vozes: Mouros na terra, Mouros na terra: moradores às armas! A este clamor se levantavam todos em massa, aqueles que, de algum modo, podiam empunhar as armas; e a isto se chamava appellar a terra e á vigorosa e efectiva resistência apelido.»

[SANTA ROSA DE VITERBO, Fr. Joaquim de - Elucidário]

<sup>9</sup> Segundo Figueiredo da Guerra as obras ter-se-iam iniciado em 1217.

<sup>10</sup> O P.º Bernardo Pintor, na sua crónica “Conheçamos a nossa terra LXXIX” – publicada na *Voz de Melgaço*, n.º 96, de 1 de Junho de 1955 – leu mal a data deste documento, atribuindo-lhe o ano de 1210. A data do documento vem com a era de “M.ª CC.ª XX.ª VIII.ª” [1228], que, subtraindo-lhe os 38 anos da contagem cristã, corresponde ao ano de 1190 [1228-38=1190]. A confusão é óbvia, o distinto investigador confundiu o segundo “X” com um “L” e leu “M.ª CC.ª XL.ª VIII.ª” [1248], que daria [1248-38=1210]. O documento não está nas melhores condições, no entanto só pode ser ano de 1190, por dois motivos fundamentais: primeiro, porque nos aparece um abade do mosteiro de Fiães, com o nome Pedro, entre os anos de 1185 – 1198 [cfr. Cartulário do Mosteiro de Fiães]; segundo, porque o bispo de Tui D. Pedro, que aparece referido no documento, exerceu o seu múnus entre os anos de 1188-1205 [cfr. FLOREZ, Fr.. Henrique – *Espanha Sagrada*, vol. XXII, Madrid, 1767, pp. 101-103]. Por isso, este documento nunca poderia ser do ano de 1210.

<sup>11</sup> PINTOR, Manuel A. Bernardo – “Conheçamos a nossa terra LXXIX”, in *A Voz de Melgaço*, n.º 96 de 1 de Junho de 1955 / MARQUES, José – O Mosteiro de Fiães (notas para a sua história). Braga, 1990, p. 22.

# O CÃO DE CASTRO LABOREIRO

## o regresso às origens:

No passado dia 29 de Junho, nos espaços da Casa da Cultura de Melgaço, teve lugar uma palestra/debate subordinada ao tema "Cão de Castro Laboreiro – o regresso às origens", organizada sob a direcção do Clube do Cão de Castro Laboreiro [C.C.C.L.] e com a colaboração indispensável da Câmara Municipal de Melgaço e do Parque Nacional da Peneda-Gerês.

Na comissão de honra deste evento estiveram personalidades como a Presidente do CCCL, Paula Peneda – moderadora de todo o debate –, o Professor Maximiano Gonçalves, vereador da cultura da CMP, o Doutor Mário Freitas, director do PNPQ, o Padre Aníbal Rodrigues, o Presidente do Clube Português de Canicultura e o Presidente da Comissão das Raças Portuguesas.

A palestra teve início com o tema dedicado à **Genética Molecular na Canicultura** apresentado pela Professora Maria Mar Oom, como um dos caminhos científicos a seguir no apuramento, preservação e protecção da raça.

Destacando-se na ordem dos trabalhos do dia e constando como tema para primeiro debate, as **Alterações ao Estalão da Raça**, não foram, infelizmente, debatidas, ficando a sua discussão adiada para uma próxima oportunidade, pela ausência do orador convidado – João Paula Bessa.

No entanto, sobre este assunto, algumas achegas inofensíveis foram aduzidas pelo nosso Amigo, Américo Rodrigues, natural de Castro Laboreiro. Tem sido um dos acérrimos defensores de que, sobretudo, as medidas que constam no actual estalão devem ser alteradas, debatendo-se por cães robustos e maiores. Em defesa da sua ideia apresentou duas provas fortes e contundentes:

1. a cultura castreja, que ele bem conhece, que desde sempre seleccionou cães fortes para fazerem frente ao seu inimigo arqui-secular, o lobo;
2. Um acervo documental inédito, composto por três actas de concursos de cães de Castro Laboreiro realizados nos anos de 1914, 1915 e 1916, onde constam as medidas dos exemplares do princípio do século apresentados a concurso<sup>(1)</sup>.

Esta documentação apresentada reveste outra relevância acrescida, uma vez que faz prova da existência de concursos de cães desta raça muitos anos antes do que até hoje se pensava, vindo, mais uma vez, confirmar a importância que a raça vinha adquirindo, pelo menos, desde finais do século XIX.

Outros documentos escritos, seguros e dignos de crédito, foram referidos com a paixão de quem ama a sua terra natal, recuando as referências ao Castro Laboreiro até à primeira metade do século XIX. Por outro lado, foram combatidas algumas afirmações gratuitas e despidas de qualquer fundamento de autores que pretendem identificar este cão com o sabujo medieval, ou que afirmam que os castrejos pagavam com cães os tributos devidos ao monarca, ou, ainda, que os galegos importunavam os moradores de Castro Laboreiro assediando-lhe as mulheres e roubando-lhe os cães. Tudo não passa de confusões e interpretações defeituosas da documentação conhecida, que vem de autores já recuados, e que actualmente se persiste em repetir em livros e revistas, como bem argumentou o orador.

Resumindo o seu discurso, todo o imbróglie parte do conhecido facto histórico de que os Montes Laboreiro medievos eram bastante mais extensos do que a actual freguesia de Castro Laboreiro, estendendo-se desde Celanova (na Galiza) até Padrão de Sistelo e Soajo – destacando aqui a questão, resolvida com intervenção do monarca D. Dinis, dos tributos que os monteiros de Soajo tinham de pagar ao Alcaide do castelo de Laboreiro. Estes



Montes Laboreiro aparecem como o solar medieval do cão de Castro Laboreiro, que com o perpassar dos anos acabou por se cercar ao espaço territorial da actual freguesia de Castro Laboreiro. No entanto, este dado histórico, não pode legitimar a aplicação da documentação do extinto concelho de Soajo a Castro Laboreiro, nem a referência ao sabujo se pode ajustar, sem uma análise crítica cuidada, ao Castro Laboreiro.

Primeiro, porque é hoje sobejamente conhecido que o sabujo era um cão de caça por excelência, aptidão que falta ao Castro Laboreiro, segundo, porque abundam em excesso na documentação medieval as referências aos sabujos para que se possa identificar com o Castro Laboreiro e, finalmente, ainda hoje na vizinha Galiza se conhece e cria o *sabueso*, referindo o orador as informações que lhe foram concedidas por um dos maiores criadores dessa raça, no país vizinho.

Quanto ao outro aspecto da questão, parece que tudo teve origem em Lopes de Oliveira (posteriormente seguido por outros autores), que, na sua obra «Castro Laboreiro – O Drama da Terra», escreveu:

*“O «Castro Laboreiro» é o tipo de cão da montanha, de raça mais velha da península Ibérica – corpulento, robusto, dócil e fiel. O Padre Aníbal conseguiu que este cão substituísse, com larga vantagem, o «pastor-alemão», que estava a ser utilizado pelas nossas Forças-Armadas, em escolas de «cães-polícias». Este animal está tão intimamente ligado às tradições de Castro que já no séc. [X]III as tribos semi-selvagens tinham apenas reduzida tributação (a dar aos Senhores) se lhes dessem 5 cães sabujos. Também há a menção de queixa feita pelos castrejos aos reis de Castela no respeitante aos seus vizinhos galegos que lhes roubavam os cães (de raça).”<sup>(2)</sup>*

Na verdade, ainda não apareceu qualquer velho pergaminho, relativo a Castro Laboreiro, que nos possa aproximar de tal conjectura, mas se vasculharmos os documentos do vizinho concelho de Soajo alguma conclusão nos é possível. Deparamos logo com uma carta de D. João I, de 5 de Março de 1401, para que nenhum fidalgo não more nem tenha herdamentos em terra de Soajo, nem lhe tomem seus sabujos:

*“E outrosim mandamos e defendemos que não seja nenhum tão ousado de qualquer estado e condição que seja, que lhes tome os sabujos que tiverem”<sup>(3)</sup>*

E no foral manuelino, de 7 de Outubro de 1514, ficou assim estabelecido o foro de 5 cães sabujos:

*“A quantos esta nossa carta de foral dado a terra de soajo pera sempre virem fazemos saber que na dita terra e comçelho de soajo os moradores delle nam pagarão*

(Continua na pág. seguinte)

(Continuação da pág. anterior)

*a nos nem a coroa Real destes Regnos njnhuum foro nem tributo Real porque sam obrigados de nos darem em cada huum anno aos tempos que lhos mandamos Requerir ou elles os quyserem mandar cinco sabujos feitos de monte sem outra njnhuma cousa.”<sup>14)</sup>*

O sabujo é um caçador exímio, por isso é tão cobiçado pelo monarca e pelos nobres para as suas andanças venatórias, mas o Castro Laboreiro é um cão de gado, o parente pobre que, em tempos pouco recuados, existia em excesso nestes montes e, por isso, não desperta qualquer interesse ou curiosidade das pessoas mais abastadas – até porque pagar 5 cães ao monarca não seria tributo, se não se tratasse de uma raça delicada que carecia de cuidados e atenções especiais (como nos ensinam os documentos antigos), delicadezas que o Castro Laboreiro bem dispensa.

Em resumo:

- O pagamento de 5 sabujos ao monarca era tributado aos monteiros de Soajo e não aos castrejos.
- Foram os mesmos monteiros de Soajo que se queixaram ao monarca dos importunos dos nobres galegos.
- O cão de Castro Laboreiro não é o sabujo medieval, apesar de os medievos Montes Laboreiro se estenderem entre os rios Minho e Lima.

Não quer isto dizer que em Soajo e noutras freguesias deste maciço montanhoso não existissem cães de Castro Laboreiro, a guardar rebanhos e casas de donos, até porque nada impede que no mesmo local coexistissem mais do que uma raça de cães. Com certeza que existiam, o que se pretende dar como provado é que, à falta de referências escritas ao cão de Castro Laboreiro não podemos, simplesmente, aplicar as referências de uma raça que com ele coabitava nestes montes, mas que nada tem a ver com os seus antepassados, que devem antes ser procurados no *mastim ibérico*.

Com certeza que, a partir de hoje, depois desta comunicação livre, subordinada ao tema “**Subsídios Documentais do Cão de Castro Laboreiro**”, ninguém vai negar importância à necessidade de se sacudir o passado histórico do cão de Castro Laboreiro, se realmente queremos *recuar às origens*, dentro do que nos é documental e cientificamente possível.

A última comunicação livre ficou a cargo do Eng.º Pedro Santa Rita, outro verdadeiro apaixonado pela raça. O trabalho apresentado, para além de primar pelo elevado rigor da textura gráfica, denotava uma esforçada investigação de longa data, incidindo, maioritariamente, nas características e contexto natural

do Castro Laboreiro. Apesar de tudo, parece que as suas ideias, se bem que arrojadas, nem sempre foram bem compreendidas e aceites por alguns presentes, que lhe dirigiram críticas infundadas, que a meu ver não fizeram *jus* ao trabalho apresentado.

[José Domingues]

<sup>1</sup> Toda esta documentação, bem assim como outra, espera a oportunidade de ser integrada em publicação monográfica sobre a raça do cão de Castro Laboreiro, que, juntamente, com o Américo Rodrigues pensamos preparar.

<sup>2</sup> OLIVEIRA, A. Lopes de – Castro Laboreiro, O Drama da Terra. 1968, fl. 7.

<sup>3</sup> IAN/TT – Chancelaria de D. João I, Liv.2, fl. 107v.

<sup>4</sup> IAN/TT – Livro dos forais novos de Entre Douro e Minho, fl. 106-106v.

**II PALESTRA / DEBATE**

**CÃO DE CASTRO LABOREIRO**

**o regresso às origens**

---



**29 de Junho de 2002**

A partir das 14h30

**CASA DA CULTURA**

**MELGAÇO**

## INFORMAÇÕES ÚTEIS:

**Sede da Junta de Freguesia Lamas de Mouro**  
Tel. 251 465 616

**Parque de Campismo Lamas de Mouro**  
Tel. 251 465 129

**Câmara Municipal de Melgaço**  
Largo Hermenegildo Solheiro  
4960-551 – Melgaço  
Tel. 251 410 100  
Fax. – 251 402 429

**Bombeiros Voluntários**  
Largo Hermenegildo Solheiro  
Tel. 251 402 599

**G. N. R.**  
Bairro Senhora da Graça  
Roussas  
Tel. 251 402 346

**Centro de Saúde**  
Av. Fonte da Vila  
Tel. 251 402 337

**Farmácias**  
*Durães*  
Praça da República  
Tel. 251 402 249  
*Dias Ferreira*  
Rua Rio do Porto  
Tel. 251 403 312

**Táxis**  
Praça Amadeu Abílio Lopes  
Tel. 251 404 027  
Praça da República  
Tel. 251 404 004